



# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST]

---

### AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE EM TEMPO DE CRISE

---

VALENTE, Susana

Doutorada em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/CE3C e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, [smvalente@fc.ul.pt](mailto:smvalente@fc.ul.pt)

---

GUERRA, João

Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, [joao.guerra@ics.ulisboa.pt](mailto:joao.guerra@ics.ulisboa.pt)

---

SCHMIDT, Luísa

Investigadora Principal, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, [mlschmidt@ics.ulisboa.pt](mailto:mlschmidt@ics.ulisboa.pt)

---

### Resumo

No contexto de crise socioeconómica que se atravessava em Portugal aquando da aplicação do inquérito do ISSP (Ambiente III) em 2012, o confronto de valores tendeu a agudizar-se: as políticas de austeridade criaram problemas sociais crescentes (mais desemprego, mais exclusão social...) e, simultaneamente, aligeiram-se ou descuram-se políticas e programas de proteção ambiental. De acordo com os resultados que aqui se apresentam, isto terá levado a que os cidadãos tenham sido postos perante escolhas difíceis, assistindo-se, neste contexto, a um alargar da permissividade em relação aos efeitos perniciosos da economia e do desejado crescimento económico no ambiente. Assim, tendo por base a ideia holística de sustentabilidade que faz confluir qualidade ambiental e qualidade social, procuraremos dar conta dos efeitos da crise, começando por uma primeira parte que procura traçar um quadro geral da perceção sobre os problemas ambientais, tanto num prisma mais pessoal (nível da família), como mais alargado (nível nacional), a que se segue uma abordagem relativa às práticas ambientais no quotidiano e às disposições para atuar ou mudar em prol do ambiente, assim como em relação ao quadro de preocupações sociais e ambientais presentes na sociedade portuguesa. Num segundo momento, e tendo os efeitos da crise como contexto de análise, o texto focar-se-á na área de interseção entre economia e ambiente, realçando, particularmente, as condições de articulação e integração das duas áreas.

### Abstract

In the context of socio-economic crisis that Portugal crossed when the ISSP (Environment III) survey has been implemented at 2012, the clash of values tended to be acute more than ever: austerity policies created growing social problems (e.g., more unemployment, more social exclusion) and simultaneously environmental protection programs and policies have been lighten or neglected. According to the results presented here, this meant that citizens have been pushed to some difficult choices. In this context a broadening of permissiveness regarding the harmful effects of the economy in the environment became evident, as well as the desire for a broader economic growth. Therefore, based on the holistic concept of sustainability that converges environmental and social quality, we will try to report the effects of the crisis, starting with a first chapter that gives an overall picture of the perception of environmental problems, both on a more personal perspective (household level), and on a broader perspective (national level). This will be followed by an approach to daily environmental practices and predispositions to change or act for environment protection, under the framework of social and environmental concerns present in Portuguese society. Secondly, and within the effects of the crisis in context, the text will be focused on the intersection area between economy and environment, highlighting the articulation/ integration of both areas.

Palavras-chave: Crise; Economia; Ambiente; Sustentabilidade; Portugal.

Keywords: Crisis; Economy; Environment; Sustainability; Portugal.

[ COM0414]



## 1. Introdução / Enquadramento da questão

De acordo com o plano proposto e vulgarizado a partir do Relatório Brundland (CMAD, 1987) um desenvolvimento sustentável pretende-se mais integrado e abrangente, mais mobilizador e participado, mais justo e equitativo. Mais de duas décadas volvidas, no entanto, a capacidade de intervenção humana sobre o ambiente não deixou de se intensificar e a consequente sobre-exploração de recursos (Smith, 2007) implicou o “fim da natureza”: uma condição generalizada que pressupõe a experiência de espaços naturais intocados quási impraticável (Giddens, 2009).

Desta antropogenização intensiva, contudo, não decorreu uma satisfação global das necessidades sociais. Pelo contrário, o descontrolo acelerado de riscos e ameaças ambientais e uma rarefação de recursos jamais experimentada que põe em causa o próprio *status quo* social, coexistem com a permanência de iniquidades socioambientais que mantêm largos milhões de seres humanos na pobreza e com índices de desenvolvimento humano muito abaixo do aceitável (Guerra, 2015). A crise económico-financeira que se instalou no mundo a partir de 2008 e que teve particulares consequências no Sul da Europa e, em particular, em Portugal, veio agravar ainda mais este estado de coisas, impondo aos cidadãos um dilema de difícil solução: apostar na economia e/ou no crescimento económico, ou garantir a defesa dos valores ambientais num clima de austeridade.

Perante este cenário, é importante entender a diversidade de posicionamentos da opinião pública e os fatores que concorrem para os explicar. Assim, analisa-se um conjunto de dados do ISSP Ambiente III (2010-2012) (ISSP Research Group, 2012), com um enfoque no caso português em contexto internacional e os dilemas que, tempos de crise, se colocam, em particular, aos cidadãos. Nomeadamente, procuramos analisar este duplo desafio: por um lado, reconhece-se que o atual modelo socioeconómico não garante o bem-estar social e o bem-estar ambiental e, paradoxalmente, a sobreexploração de recursos não impede o flagelo da fome no mundo (Leahy et. al., 2014). Por outro lado, na continuidade do que há mais de duas décadas tem vindo a ser defendido (CMAD, 1987), surgiram múltiplos documentos centrados na narrativa do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde que apontam para soluções económicas alternativas capazes de salvaguardar os valores ambientais e sociais e conciliar imperativos conjuntos (Ferrão, 2015; Bina, 2013).

A este duplo desafio correspondem duas narrativas – a do “business as usual” e a da sustentabilidade – que se dicotomizam num contexto de crise socioeconómica, em particular em Portugal e seus vizinhos do Sul da Europa que aqui se procuram escarpelizar, sobretudo, tendo em conta o ponto de vista do cidadão comum. Começamos por traçar um quadro geral da perceção sobre os problemas ambientais, tanto num prisma mais pessoal (nível da família), como mais alargado (nível nacional). Segue-se uma abordagem relativa às práticas ambientais no quotidiano e às disposições para atuar ou mudar em prol do ambiente, assim como em relação ao quadro de preocupações sociais e ambientais presentes na população portuguesa. Como corolário, faz-se uma análise sobre a articulação e integração da economia e ambiente que os portugueses manifestam nas suas respostas, indiciando o seu posicionamento sobre a sustentabilidade.

## 2. Ambiente e Sociedade

O ambiente, enquanto conceito polissémico, contém em si muitas temáticas específicas. Tal advém, em boa parte, dos fatores de degradação que cresceram exponencialmente com a revolução industrial e os seus efeitos na natureza e nos recursos naturais que, cada vez mais, se mostram escassos para o nível de consumo a que as sociedades mais desenvolvidas se foram habituando. Apesar disso, à medida da crescente degradação ambiental e da progressiva consciencialização ecológica, a semântica ambiental tem vindo a demarcar-se da semântica pura e simples de conservação da natureza, assumindo valores e significados mais abrangentes que passam pela qualidade de vida, pelo risco e pela incerteza e, sobretudo, por essa relação intrínseca entre sociedade e ambiente (ver, por exemplo, Almeida, 2000; Lima & Guerra, 2004, Schmidt et. al., 2004). Daí que os problemas ambientais, tal como são percecionados pelos cidadãos comuns, devam ser perspetivados a várias escalas.

No presente texto apresentamos duas dessas escalas que permitem aferir a forma como os portugueses encaram o ambiente e os problemas ambientais que mais os afligem, quer de um ponto de vista mais micro

(i.e., como afetam o próprio e a sua família), quer de um ponto de vista mais macro (o país e a forma como as condições ecológicas nacionais estarão a ser mais ou menos ameaçadas). Esta é, portanto, uma oportunidade de aferir como avaliam os portugueses o desempenho nacional destes últimos anos, relativamente às políticas ambientais e sua prossecução, baseando a análise nos dados do ISSP de 2012 que se dedicou, particularmente, às questões ambientais.

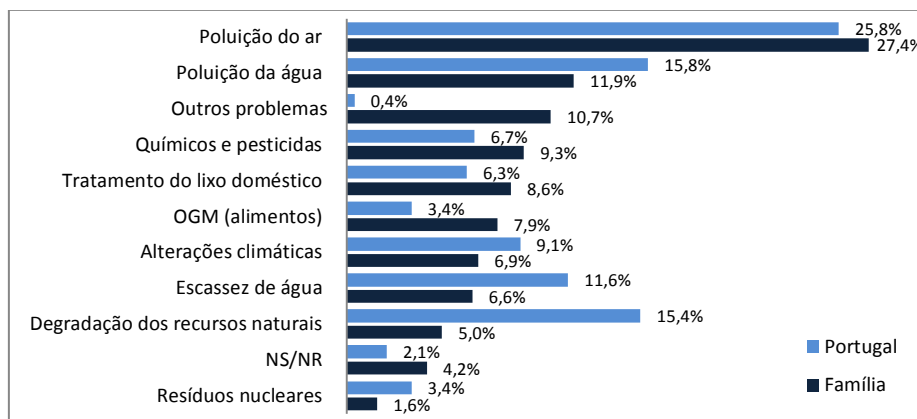


Figura 1 – Problemas e riscos representados para a família ou para Portugal em geral

Quais são, então, os problemas que mais afligem os portugueses e que diferenças poderão surgir entre a escala micro (família) e a escala macro (país)? De acordo com os resultados expressos na Figura 1, as diferenças entre as duas escalas são expressivas. Os resultados permitem identificar quais os problemas ambientais que se consideram mais importantes entre os inquiridos portugueses, tanto para o país, como para a própria família. Assim, no topo dos problemas do país encontramos, com um grande destaque, a poluição do ar, para além da poluição da água, a degradação dos recursos naturais e a escassez de água. Ou seja, um conjunto de problemas ambientais de carácter mais estruturante e geral, articulado com a poluição e a degradação dos elementos naturais.

A poluição do ar e da água também estão no topo dos problemas assinalados a um nível micro (família). No entanto, desta feita destaca-se a categoria “outros problemas” (que valerá a pena explorar, mas fundamentalmente parecem relacionar-se com problemas específicos ligados aos contextos familiares, ou até individuais) e duas categorias que se articulam com os hábitos alimentares e a saúde ou, mais exatamente, com os riscos a que, cada um de nós, pode estar exposto: químicos e pesticidas e OGM (Organismos Geneticamente Modificados). Ou seja, à escala familiar impera a preocupação com as ameaças à saúde e/ou ao bem-estar individuais (incluindo-se aqui os familiares mais próximos). Mesmo quando a poluição da água e do ar são aqui destacados, é presumível que a saúde de quem respira e bebe água esteja a determinar o foco de resposta, enquanto a um nível mais macro (nacional) se tende a valorizar, sobretudo, os problemas que se articulam com uma preocupação mais global que, quando muito, implica uma ameaça ao bem-estar social geral, como serão os casos da degradação ambiental e/ou a escassez de determinados recursos naturais (Gonçalves et. al, 2007; Gonçalves & Guerra, 2008).

As diferenças entre as duas escalas (micro – macro) confirmam os resultados anteriores. Com efeito, podemos observar na Figura 2 que, quando em causa está o nível nacional, os inquiridos sublinham, com maior preponderância, a degradação dos recursos naturais (+10,4%), a escassez de água (+5,0%), a poluição da água (+3,9%), as alterações climáticas (+2,2%) e os resíduos nucleares (+1,8%). Já quando em causa estão os próprios e/ou a sua família, os inquiridos tendem a valorizar mais alguns problemas que se ligam ao contexto familiar específico (+10,3%), os OGM (+4,5%), os químicos e pesticidas presentes nos produtos alimentares (+2,6%), o tratamento do lixo doméstico (+2,3%) e, ainda, a poluição do ar (+1,6%).

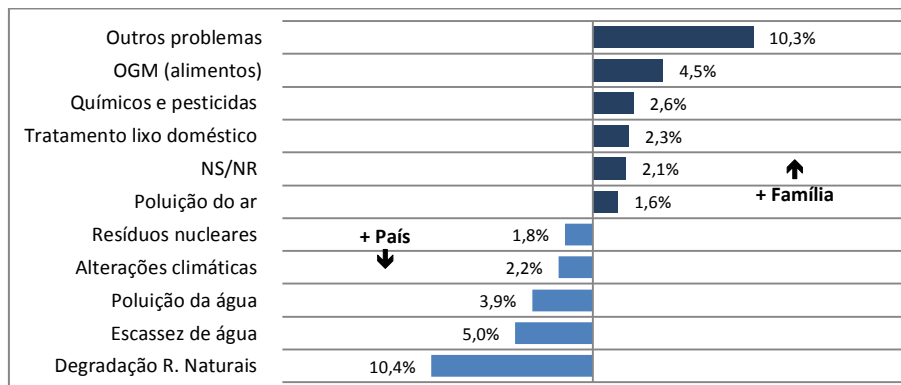


Figura 2 – Diferença na perceção dos riscos ambientais (família e país)

Há, portanto, alguns problemas que, apesar de não afetarem diretamente os inquiridos, são por eles percecionados como potenciais ameaças para outros, já no presente, ou para eles próprios num futuro mais ou menos próximo. Finalmente, referiram-se ainda algumas categorias, como a poluição do ar, ou os resíduos nucleares, que, dada a sua abstração e/ou dispersão difusa no ambiente e, talvez, ainda mais na saúde humana, são mencionados tendencialmente com o mesmo valor para ambos os níveis. Trata-se, por conseguinte, de problemas percecionados como potencialmente ameaçadores quer em termos individuais, quer em termos coletivos, sem que para tal os inquiridos necessitem de sinais claros da sua existência.

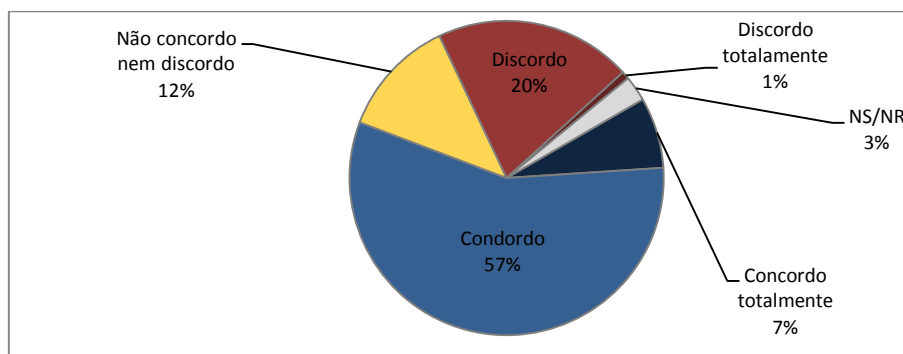


Figura 3 – Quase tudo o que fazemos prejudica o ambiente (grau de concordância)

Quanto às práticas ambientais do quotidiano, as respostas dos portugueses revelam uma visão realista/fatalista sobre a atividade humana e do seu impacto negativo no ambiente. De acordo com a Figura 3, mais de 60% dos inquiridos concorda com “Quase tudo o que fazemos prejudica o ambiente”. A fatalidade a que nos referimos remete para uma noção de Pegada Ecológica (Guerra, 2015; Schmidt & Guerra, 2016) de cada um de nós, que, embora possa ser mais pesada ou mais leve, dependendo das escolhas que se façam ao nível dos comportamentos, não deixa de se fazer sentir ao nível do planeta.

Em contraponto, também é possível ter uma atitude pró-ativa e fazer escolhas com o sentido consciente de proteger o ambiente. Práticas quotidianas, como separar e depositar o lixo para reciclagem, reduzir os consumos de energia e de água na esfera doméstica, ou mudanças ao nível de outros hábitos de consumo são algumas das ações que podem contribuir para uma solução dos problemas ambientais, ou pelo menos minimizar o peso da nossa Pegada Ecológica, ou dito de outra forma, reduzir o nosso sentimento de culpa (Valente, 2013; Jackson, 2005).

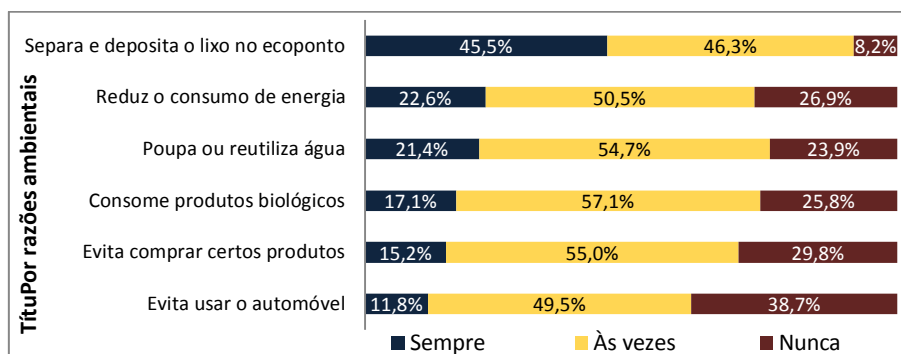


Figura 4 – Práticas quotidianas individuais (por razões ambientais)

Neste âmbito, a separação do lixo é a prática que se tornou mais popular entre os portugueses, fruto de uma política de incentivo liderada, desde há longos anos, pelos municípios portugueses (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Na Figura 4, pode observar-se que 45,5% dos inquiridos afirma que faz deposição seletiva *sempre*, ao contrário dos que afirmam reduzir o uso do carro por razões ambientais que não ultrapassa os 11,8%. Ao nível do consumo, seja de energia, alimentos ou outros bens, entre um quarto e um terço dos portugueses afirma que o ambiente *nunca* está presente na equação. Como sinal mais positivo podemos, ainda assim, sublinhar que, no conjunto destas práticas de consumo, mais de 50% dos inquiridos afirma que *às vezes* tem em consideração o ambiente. Estes dados são consistentes com outros estudos sobre as práticas ambientais dos portugueses e indicia que ao nível do consumo ambiental há um trajeto importante a realizar junto dos consumidores e do seu papel na proteção do ambiente (Valente & Ferreira; 2014, Ferreira & Valente, 2014; Trüninger & Ferreira, 2014), mas importa referir que os dados deste e de outros inquéritos mostram uma evolução positiva que, apesar de tudo, tem vindo a aproximar os portugueses dos seus congéneres europeus (Ferreira et. al., 2015).

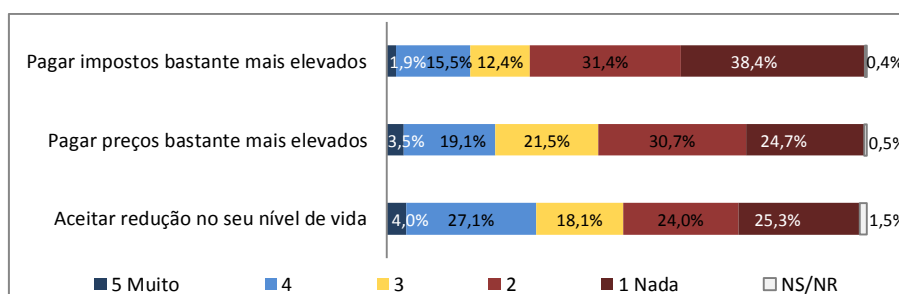


Figura 5 - Por razões ambientais está disponível para...

Neste contexto, para além do que se afirma fazer por razões ambientais, é interessante analisar a disponibilidade para mudar. Na Figura 5 verifica-se que as pessoas estão mais disponíveis para aceitar redução no seu nível de vida, do que em pagar preços bastante mais elevados, ou pagar mais impostos. Por um lado, esta fraca disponibilidade para pagar pela proteção do ambiente poderá relacionar-se fortemente com a crise económica que, na altura em que foi aplicado o questionário, estava no seu auge. Seria, portanto, exetável que nessa altura o consumo se retraísse e a opção por produtos de preço mais baixo se mostrasse como uma estratégia de economia doméstica de recurso para uma boa parte dos inquiridos. E, por outro lado, a ainda menor disponibilidade em pagar impostos mais altos articular-se-á com uma perceção de imprecisão e de desconfiança em relação aos poderes públicos e, a daí decorrente, desconfiança sobre a aplicação dos impostos, o que, no caso português não é novo e resulta, para além da crise económico-financeira, da escassez de confiança institucional que persiste na sociedade portuguesa (Guerra et. al., 2017; Delicado et. al., 2015).

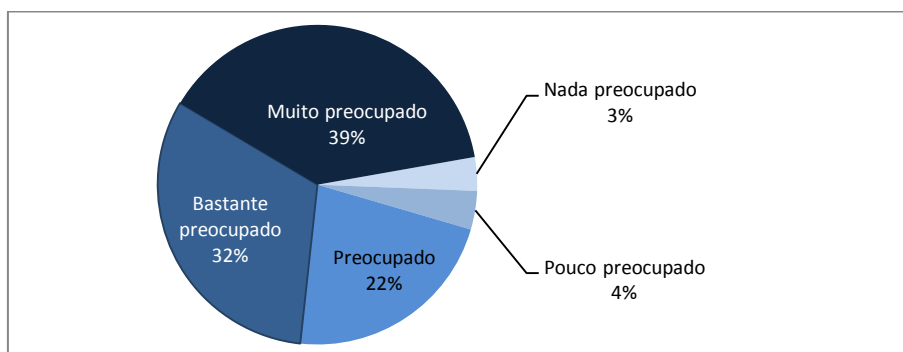


Figura 6 - Grau de preocupação com as questões do ambiente

O facto das práticas ambientais não estarem de forma generalizada integradas no quotidiano dos portugueses e da forte indisponibilidade para pagar mais por razões ambientais e, ainda que em menos grau, para aceitar uma redução no nível de vida, não significa que o ambiente não seja considerado uma questão preocupante. Verifica-se, aliás, que 71% dos inquiridos se afirma muito ou bastante preocupado com o ambiente (Figura 6). Esta décalage entre o grau de preocupação e as práticas que poderiam evitar uma boa parte da degradação ambiental que preocupa não é, mais uma vez, uma novidade e surge recorrentemente noutros estudos (ver, por exemplo, Schmidt et. al., 2004, Schmidt et. al., 2006, 2010; Guerra & Schmidt, 2013; Valente & Ferreira, 2014, Schmidt et. al., 2016). Ou seja, a preocupação pelo ambiente tende a ser clara e inequívoca, quando a questão se coloca de forma mais abstrata e isolada. No entanto, apesar da preocupação ambiental manifesta, é relativizada face a urgências socioeconómicas mais prementes e imediatas, como sejam o emprego ou o custo de vida (Guerra et. al., 2017).

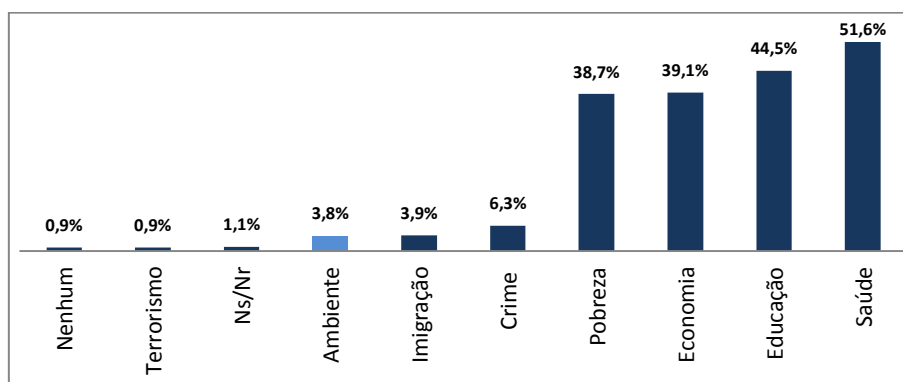


Figura 7 – Os dois problemas mais importantes do país

Este ponto remete-nos para a dificuldade primordial da narrativa do Desenvolvimento Sustentável: perante prioridades socioeconómicas, sobretudo em períodos de crise como os que atravessamos, a importância atribuída ao ambiente vacila. Isso mesmo se pode confirmar quando os inquiridos foram postos perante o dilema, pedindo-se-lhes para escolher os dois problemas que consideravam mais importantes para o país. Talvez pressionados pelos efeitos da crise económico-financeira e refletindo uma das suas fases mais agudas em Portugal (2012), há quatro assuntos nacionais que se destacam de forma inequívoca: *Saúde, Educação, Economia e Pobreza* e relegam para segundo plano (como, aliás, já acontecia antes da crise) problemas menos prementes (apesar de relevantes), como é o caso do ambiente.

Como se pode observar na Figura 7, quando se pede que identifiquem o primeiro e o segundo problema mais importante que o país enfrenta atualmente, verifica-se que os cuidados de saúde surgem no topo assim como as questões que envolvem a educação. Segue-se a economia e a pobreza, questões prementes e mais



diretamente articuladas ao à crise. Para os portugueses o ambiente surge assim como um dos assuntos com menor relevo, quando colocado a par destes temas. Em termos conceptuais, podemos sempre alegar que o ambiente é transversal a todos eles, mas emerge aqui relativizado e posicionado na parte mais baixa desta hierarquia.

### 3 Ambiente e Economia

Neste contexto de crise que temos vindo a referir, o ambiente parece surgir como uma consistente preocupação, mas, ainda assim, perdedora no confronto com problemas de ordem socioeconómica. No entanto, não parece menos evidente que os problemas globais (sejam ambientais, sejam económicos, sejam sociais) raramente assumem qualidades completamente distintas e independentes. Eles emergem e desenvolvem-se, muito frequentemente, num imbricado complexo que só num exercício puramente teórico se poderia deslindar. A verdade é que, tanto o surgimento das crises globais, como as políticas postas em prática para resolvê-las se sobrepõem na origem e na solução para os problemas (Guerra, 2011). Tal é o caso, como refere o CIGI Working Group on Environment and Resources (2009), da crise financeira global que atingiu em particular o Sul da Europa e da mais ampla crise ambiental em curso. Importa, então, aprofundar um pouco mais esta relação complexa entre economia e ambiente através de um conjunto de dados que nos fornecem algumas pistas de reflexão sobre as atitudes dos portugueses em relação a este binómio, que ora surge em antagonismo, ora surge em confluência.

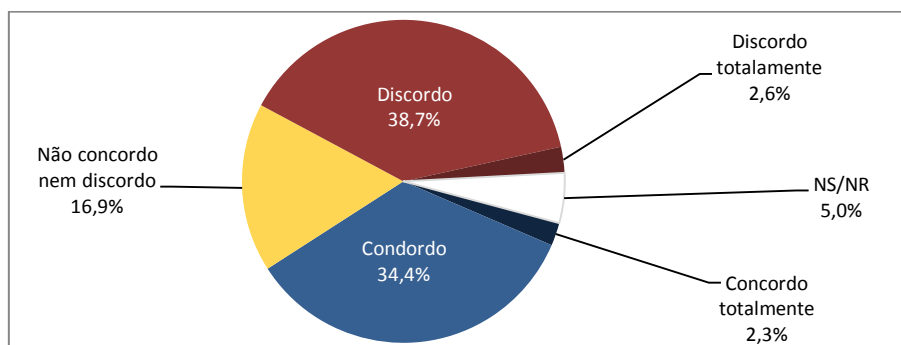


Figura 8 – O crescimento económico prejudica sempre o ambiente

Começamos pela ideia de “crescimento económico”. Quando se pede o grau de concordância com a afirmação “O crescimento económico prejudica sempre o ambiente”, observa-se na Figura 8 uma clara divisão da sociedade portuguesa, com 41,3% dos inquiridos a discordar e um pouco menos (36,7%) a concordar. Existe ainda um outro grupo (quase 22%) que perante esta afirmação opta por não se posicionar (não responde), ou por assumir uma posição intermédia relativamente ambígua (não concorda, nem discorda) que, de facto, mostra alguma indecisão relativamente ao tema em questão.

Se compararmos a posição de Portugal tendo em conta a média de concordância (em que 1 significa discordo totalmente e 5 concordo totalmente) sobre esta afirmação, com a dos outros países que participaram neste inquérito internacional (Figura 9), Portugal (2,95) surge próximo da média dos países da Europa de Leste (2,92), mas muito distante da Europa Ocidental (2,79) e ainda mais da América do Norte (2,56). Neste último caso, tal como nos países nórdicos, a dicotomia ambiente e economia parece desvanecida, talvez resultado de um processo de modernização ecológica mais bem-sucedido que, por isso, terá tornado mais credível a hipótese de compatibilização entre as duas áreas.

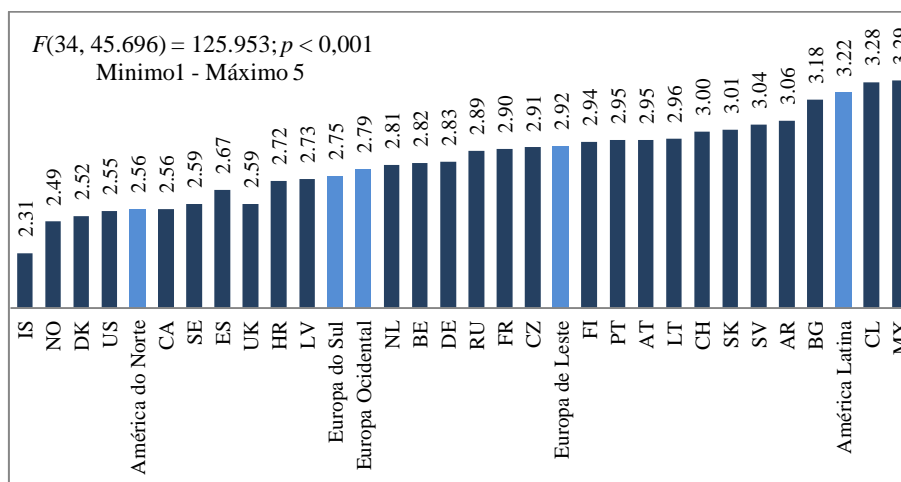


Figura 9 – O crescimento económico prejudica sempre o ambiente, segundo o país e a região

A noção de que o crescimento económico é danoso para o ambiente está mais presente na América Latina e em países como as Filipinas e Taiwan, eventualmente contextos onde a compatibilização da economia com o ambiente ainda não tem provas dadas. A análise tendo em conta o PIB per capita (Figura 10) confirma, aliás, estes resultados. Quanto maior é o PIB per capita, maior é a abertura dos inquiridos ao crescimento económico. A necessidade de fazer face às necessidades sociais nos países mais pobres parece aumentar a reserva social relativamente às consequências ambientais do crescimento económico.

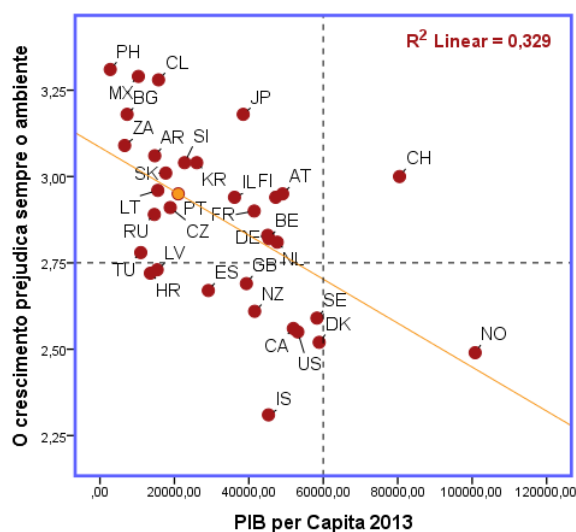


Figura 10 – O crescimento económico prejudica sempre o ambiente” segundo o PIB per capita

Seja como for, há que realçar que, em caso algum, a média de concordância se aproxima do valor máximo da escala (5). Tal pode indiciar a recusa geral e transversal de uma visão dicotómica que opõe de forma simplista ambiente e economia. Visão que, paulatinamente, vem sendo substituída pela perspectiva do Desenvolvimento Sustentável, mais moderada nos princípios e mais integradora de ambas as esferas. Nesse sentido, a ideia de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde parecem estar a ganhar terreno e, apesar de recuos momentâneos, terão garantido já um espaço no imaginário social que tende a alastrar aos vários contextos sociogeográficos.

Ambiente e economia foram durante décadas perspetivadas como áreas antagónicas. Com o advento da narrativa do Desenvolvimento Sustentável e de um conjunto de propostas que, nos últimos anos, nela se

baseiam, ambiente e economia passaram a ser encarados de forma integrada, defendendo-se, pelo menos desde o Relatório Brundtland, um equilíbrio entre a prossecução dos vários interesses em presença: ambiente, economia, sociedade e governança (CMAD, 1987). Ainda assim, nem sempre estas duas áreas confluem no mesmo sentido e, sobretudo em tempos adversos marcados pela austeridade, velhas fissuras parecem reabrir-se.

Numa lógica de oposição ambiente-economia através do grau de concordância com a afirmação “O crescimento económico prejudica sempre o ambiente”, se compararmos os resultados do ISSP Ambiente III (2010-12) com os resultados do ISSP Ambiente II (2000) (Schmidt & Valente, 2004), o caso português surge como um dos mais interessantes já que é entre os inquiridos lusos que se verifica o decréscimo mais expressivo na concordância com esta afirmação. Este decréscimo – de 60% de concordância para 35% – indicará que, pelo menos no caso português, o crescimento económico deixou de ser maioritariamente olhado como uma ameaça para a qualidade ambiental – proventura efeito de uma nova geração mais capacitadas para uma visão integrada do ambiente (Schmidt & Delicado, 2014; Ferrão, 2015).

Assim, no que a Portugal diz respeito, se por um lado se continua a assistir a uma valorização do “crescimento económico” como uma necessidade exacerbada pelo contexto de crise que, até certo ponto, submerge o ambiente em termos de questões nacionais prioritárias, por outro lado, importa assinalar que o avanço das narrativas do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde são um facto inegável. Os estudos têm demonstrado que esta adesão a uma nova economia se regista entre as gerações mais jovens que, simultaneamente são mais instruídas e capacitadas para processar e metabolizar a informação ambiental. (Schmidt & Guerra, 2016).

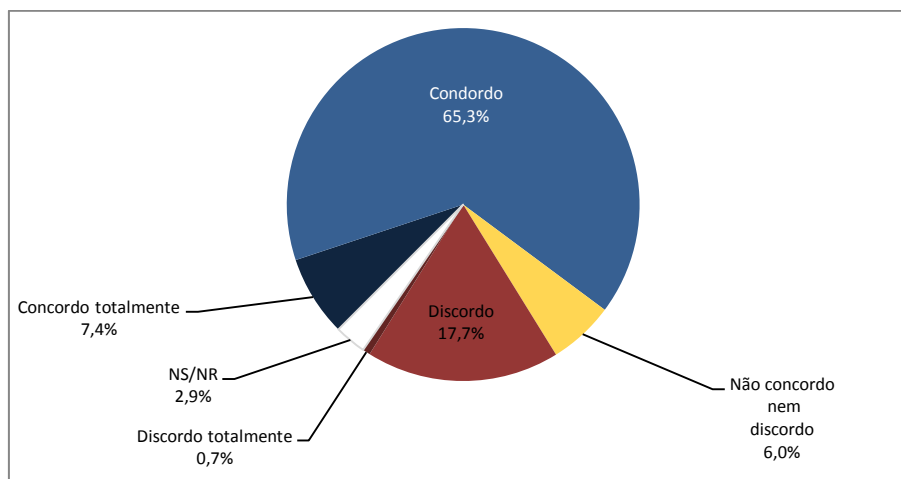


Figura 11 – Para proteger o ambiente Portugal precisa de crescimento económico

Por seu turno, quando se explicita o crescimento económico como uma condição de base para a proteção ambiental – “Para proteger o ambiente, o seu país precisa de crescimento económico” – verifica-se, como fica claro na Figura 11, uma anuência esmagadora entre os inquiridos (acima dos 70%). Muito provavelmente, decorrendo das consequências da crise económica que atravessamos, a afirmação que postula o crescimento económico como solução para os problemas ambientais, acaba por revelar numa viragem em que, de alguma forma, se menosprezam os efeitos negativos ambientais do crescimento económico e se aposta no “crescimento” (qual contradição!) para fazer face aos problemas ambientais.

Olhando estes dados no seu conjunto, estaremos perante uma incapacidade dos portugueses (que se agrava num contexto de crise económico-financeira aguda) para perspetivar um futuro sem crescimento económico. Como referiu Latouche (2004), estaremos ainda longe de ter terminado o processo de “descolonização” do

imaginário social que se impôs, na primeira metade do século XX: a ideia de “crescimento contínuo e inexorável”. Num contexto onde as dificuldades socioeconómicas se agudizaram, desvalorizam-se os efeitos do crescimento (i.e., degradação ecológica) e revalorizam-se os objetivos de curto prazo em desfavor dos de médio/longo prazo. Nesta perspetiva, os programas alternativos tendem (ainda que temporariamente) a submergir sob os impulsos da austeridade.

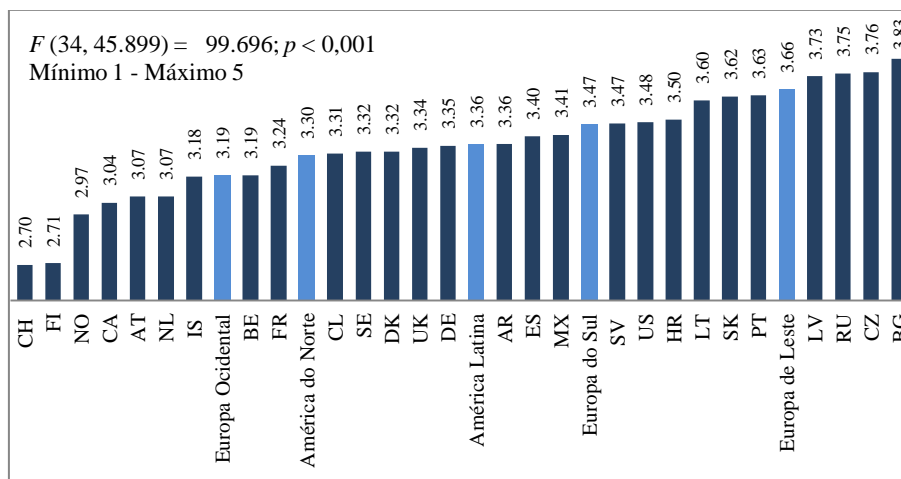


Figura 12 – Para proteger o ambiente Portugal precisa de crescimento económico, segundo o país e a região

Os inquiridos portugueses não são exceção, pelo contrário, de acordo com os resultados da Figura 10, Portugal (3,63) situa-se a par da média dos países da Europa de Leste (3,66), acima dos valores da Europa Ocidental (3,19), da América do Norte (3,30), da América Latina (3,36) e da Europa do Sul (3,47).

De realçar ainda que no extremo de menor concordância com a ideia de que a proteção do ambiente precisa de crescimento económico se encontram países ricos, como a Suíça, a Finlândia e a Noruega (que já asseguraram quer bem-estar económico, quer bem-estar ambiental), enquanto no extremo oposto podemos encontrar países como a Letónia, a Rússia, a República Checa e a Bulgária, onde a integração entre ambiente e economia continua por alcançar e os níveis de confiança institucional tendem a ser muito baixos.

Em suma, a experiência vivenciada atualmente mostra que as situações de crise económica, de pobreza e de subdesenvolvimento se refletem na relativização dos problemas ambientais por parte das populações. Ainda assim, em termos absolutos, a preocupação com os problemas ambientais continua elevada, seja porque se reconhece o grau de degradação ambiental e a ameaça que isso pode significar, sobretudo, para as gerações futuras, seja porque a própria austeridade instalada implicou cortes nas políticas de proteção ambiental que conduziram a medidas que descaram a qualidade de vida e a qualidade ambiental, portanto, a sustentabilidade. Os portugueses, como outros povos assolados pela crise, ressentem-se disso, apresentando posicionamentos algo paradoxais que justapõem ora uma prioridade ao ambiente sem reservas para com a economia, ora um primado da economia e do crescimento que, numa perspetiva mais imediata, é essencial para garantir bem-estar social e bem-estar ambiental.

## 4 Notas conclusivas

### 4.1 A importância relativa do problema Ambiente

Entre os portugueses, sobretudo numa fase em que os efeitos da crise económico-financeira apertaram, o ambiente não consegue competir com outras prioridades que os preocupam e sentem ameaçadas pelos efeitos da austeridade. Assim o quarteto saúde, educação, economia e pobreza constituem primados incontestáveis para os portugueses e, perante eles, o interesse por qualquer outra área parece esmorecer. Quer isto dizer que,

a preocupação com o quotidiano e, nalguns contextos, até com a sobrevivência podem relegar o ambiente para segundo plano. A sustentabilidade ambiental é, afinal, uma preocupação presente, mas não imediata nem urgente.

Apesar de uma tendência que vem progredindo nas sociedades contemporâneas para aderir à narrativa da Sustentabilidade e da Economia Verde, há sinais de alguma hesitação social que parece fomentada pela insegurança económica que a crise representou para largas camadas da população. A premência de necessidades mais básicas, a precariedade e o medo de que o desemprego “bata à porta de cada um” parece determinante para afrouxar a tenacidade outrora alcançada na defesa dos valores ambientais. Tudo isto, mesmo tendo consciência de que as decisões de curto prazo podem deixar um lastro ambiental com impactos pouco desejáveis no futuro.

Ainda que não possam desassociar-se crise ecológica e crise económica, o potencial para a mudança que alguns previam (i.e., dificuldades económicas conduziram a menor consumo que, por seu turno, desembocaria em maior proteção ambiental) parece, no mínimo, pouco claro. Ao contrário, os picos de dificuldades económicas têm implicado um desvio do interesse público pelo ambiente, talvez porque as questões sociais são mais óbvias e carentes de atenção imediata. Para os inquiridos (tal como para os governantes e para a maioria dos comentadores mediáticos) o ambiente é, afinal, matéria para tratar no futuro, quando o sufoco económico tiver passado. Esperemos que, entretanto, não se afigure demasiado tarde.

#### **4.2 Integração ambiente e economia (economia verde):**

A dicotomia ambiente e economia tende a esbater-se em tempos de crise, mas por duas ordens de razão: i) com a emergência e a difusão da ideia de desenvolvimento sustentável e/ou sustentabilidade nota-se a presença de uma visão mais integrada que sublinha a complexidade de interdependências entre as duas áreas; ii) com a agudização dos efeitos da austeridade e da crise económico-financeira os cidadãos parecem mais permissivos à degradação ecológica, assistindo-se a uma diminuição da perceção do primado da economia como prejudicial ao ambiente. Ao contrário, os efeitos da crise parecem favorecer a ideia de que o crescimento económico é uma mais-valia que se pode traduzir numa maior capacidade de proteger o bem-comum, nomeadamente os valores ambientais.

A experiência vivenciada atualmente mostra que as situações de crise económica, de pobreza e de subdesenvolvimento se refletem na relativização dos problemas ambientais entre o cidadão comum. Ainda assim, em termos absolutos, a preocupação com os problemas ambientais continua muito elevada, seja porque o desinvestimento público imposto pela austeridade é notório e conduz a decisões que descurem quer a qualidade de vida, quer a qualidade ambiental. Daí que presenciemos posicionamentos algo paradoxais que justapõem ora prioridade ao ambiente sem reservas, ora um primado da economia e do crescimento que, na perspetiva dos inquiridos, será essencial para garantir bem-estar social e bem-estar ambiental.

Seja como for e decorrendo de forma diversa nas diferentes gerações e diferentes grupos sociais, em Portugal e certamente noutros quadrantes geográficos, os resultados apontam para o reconhecimento da mais-valia do crescimento económico que pode traduzir-se numa maior capacidade de proteger os valores ambientais. Talvez por isso, os países que mais sublinham que a proteção ambiental depende do crescimento económico são, em geral, países em crise ou com indicadores de desenvolvimento e afluência relativamente baixos, como é o caso de Portugal, ou dos países da Europa de Leste. Pelo contrário, é na Europa Ocidental e em países com um GNI *per capita* mais elevado (em que o nível de vida está mais assegurado) onde esta posição é menos vincada. Quer isto dizer que a segurança económica é condição importante, ainda que não suficiente, para garantir a adesão clara das populações às políticas de proteção ambiental e aos valores da sustentabilidade.

## Referências

- Almeida, João Ferreira (Org.) (2000). *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras: Celta Editora.
- Bina, Olivia (2013). The green economy and sustainable development: an uneasy balance between the imperatives of crisis management and persisting contradictions. *Environment and Planning C-Government and Policy*, 31, pp. 1023-1047.
- CIGI Working Group on Environment and Resources (2009). *Environmental Sustainability and the Financial Crisis: Linkages and Policy Recommendations – Report*. Waterloo, Ontario, Canada: The Centre for International Governance Innovation (CIGI).
- CMAD (1987). *O Nosso Futuro Comum – Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento*. Lisboa: Meriberica.
- Delicado, Ana, Ramos, Alice, Ferreira, José Gomes, Guerra, João & Rowland, Jussara (2015). Confiança. In João Ferrão e Ana Delicado (Org.), *Portugal no Contexto Europeu em Anos de Crise – Portugal Social em Mudança*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 19-30.
- Ferrão, João (ed.) (2015). *Que economia queremos?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, José Gomes & Valente, Susana (2014). “A água e os resíduos: duas questões-chave”. In Luísa Schmidt & Ana Delicado, A. (org.). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. A Opinião dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014, pp. 75-11
- Ferreira, José Gomes, Guerra, João & Schmidt, Luísa (2015). “O Ambiente em Portugal e na Europa”. In João Ferrão e Ana Delicado (Orgs.), *Portugal no Contexto Europeu em Anos de Crise – Portugal Social em Mudança*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 19-30.
- Giddens, Antony (2009). *The Politics of Climate Change*. Cambridge: Polity Press.
- Gonçalves, Ana & Guerra, João (2008). “Experimentar ciência e cidadania: o caso EuroLifeNet”. In *Atas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Gonçalves, Ana; Guerra, João; Schmidt, Luísa (2007). *EuroLifeNet: Análise Sociológica dos Impactos nos Valores e nas Atitudes Sociais dos Estudantes sobre Poluição do Ar [Estudo 23]*. Lisboa: OBSERVA.
- Guerra, João (2011). *Municípios, Participação e Sustentabilidade - Dinâmicas Locais de Imperativos Globais* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Guerra, João (2015). “Objetivos do desenvolvimento na encruzilhada da sustentabilidade”. In João Ferrão & Ana Horta (Org.). *Ambiente, Território e Sociedade – Novas Agendas de Investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-42.
- Guerra, João e Schmidt, Luísa (2013). *Environmental awareness, ecological values. The portuguese case in the European context*. Lisboa. Observa.
- Guerra, João, Schmidt, Luísa & Valente, Susana (2017). “Dilemmas of sustainability in turbulent times”. In Audrone Telešiene e Matthias Gross (Eds.). *Green European. Environmental Behaviour and Attitudes in Europe in a Historical and Cross-Cultural Comparative Perspective*. Londres: Routledge, 221-242.
- ISSP Research Group (2012). International social survey programme: Environment III – ISSP 2010. Gesis Data Archive, Cologne. ZA5500, Data file version 2.0.0.
- Jackson, T. (2005), *Motivating Sustainable Consumption: A Review of Evidence on Consumer, Behaviour and Behavioural Change*. Guildford : Sustainable Development Research Network
- Latouche, Serge (2004). *Survivre au développement – De la décolonisation de l’imaginaire économique à la construction d’une société alternative*. Paris : Mil et Une Nuit.
- Leahy, Ann, Healy, Seán & Murphy, Michelle (2014). *The European Crisis and its Human Cost – A Call for fair and Alternatives and Solutions*. Brussels: Caritas Europa.

- Lima, Aida Valadas & João Guerra (2004). “Degradação Ambiental, Representações e Novos Valores Ecológicos”. In João Ferreira de Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras: Celta, pp. 7-64.
- Schmidt, Luísa & Delicado, Ana (Org.) (2014). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. A Opinião dos Portugueses*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, Luísa & Valente, Susana (2004). “Factos e Opiniões: uma abordagem transnacional ao Desenvolvimento Sustentável”. In Luísa Lima & Manuel Villaverde Cabral & Jorge Vala, J. (Org.). *Ambiente e Desenvolvimento*. ISSP/ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, Luísa, Trüniger, Mónica & Valente, Susana (2004). “Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida”, in João Ferreira de Almeida (Org.). *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras: Celta Editora, pp.65-168.
- Schmidt, Luísa & Guerra, João (2016). “Desenvolvimento sustentável. Tempo e circunstância de uma narrativa para o futuro”. In Fernando Luís Machado, Ana Nunes de Almeida & António Firmino da Costa (Org.). *Sociologia e Sociedade – Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 421-446.
- Schmidt, Luísa, Nave, Gil & Guerra, João (2010). *Educação Ambiental: Balanço e Perspetivas para uma Agenda mais Sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil & Guerra, João (2006). Who's afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability, *International Journal of Environment and Sustainable Development*, 5 (2): 181-198.
- Schmidt, Luísa, Truniger, Mónica & Guerra, João (2016). *Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade - Relatório Final*. Lisboa: Observa/ICS-UL.
- Smith, Neil (2007), Nature as Accumulation Strategy, *Socialist Register*, 17: pp.16–36.
- Trüniger, Mónica & Ferreira, José Gomes (2014). “Consumo, alimentação e OGM” in Luísa Schmidt & Ana Delicado (org.). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. A Opinião dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014, p. 199-245.
- Valente, Susana (2013). *Hábitos privados, práticas públicas – o lixo no quotidiano*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialização de Sociologia. Lisboa, ICS-UL.
- Valente, Susana & Ferreira, José Gomes (2014). “Ambiente: das preocupações às práticas”. In Luísa Schmidt & Ana Delicado (org.). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. A Opinião dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014, p. 31-74.